

SÃO FRANCISCO DO CONDE: PLANEJAMENTO URBANO, TENDÊNCIAS E VOCAÇÕES

Karina Santos de Almeida Carvalho

Geógrafa e Planejadora Urbana/PMSFC

Email: planejamentourbano.seplan@gmail.com

Titaian Ximenes Argôlo

Arquiteto e Urbanista / PMSFC

Email: titaian@pop.com.br

RESUMO:

As políticas públicas de planejamento urbano no Brasil até as décadas de 1960 e 1970 eram reações, por parte do governo federal ao êxodo rural, transformando o Brasil num país urbano, desde então vem ganhando espaço voltado para a infraestrutura urbana. O ordenamento das áreas urbanas é regulamentado pelo Estatuto das Cidades de 2001, pautada na CF/88. Este arcabouço legal veio atender a um planejamento urbano buscando valorizar as tendências e vocações dos municípios brasileiros, no caso específico deste trabalho, São Francisco do Conde - Bahia, que tem na sua atividade econômica de refino do petróleo sua principal fonte de arrecadação e riqueza, e, portanto suas vocações e tendências.

Palavra-chave: Planejamento Urbano. Vocações. Ordenamento do Solo

INTRODUÇÃO

Em 1988 a Constituição Federal foi elaborada e definiu o município como um ente federativo, além de promover a descentralização da receita tributária. Dessa forma com a descentralização do poder estatal começou a ocorrer o repasse de renda, do Governo Federal para os Estaduais e estes para os Municípios. Além disso, com a CF/88 os municípios ganharam o poder de legislar leis próprias, de tributar seus próprios impostos, e por fim, de ordenar o solo urbano.

Com estes poderes recém adquiridos, fez-se necessária a elaboração de um planejamento, que visasse organizar a distribuição espacial urbana, a ocupação do solo, a aplicação de impostos, o zoneamento da cidade, a infraestrutura dos serviços públicos, as áreas verdes e por fim, a expansão ordenada do espaço urbano, respeitando suas tendências e vocações.

São Francisco do Conde está localizado geograficamente no Recôncavo Baiano, microrregião Salvador e mesorregião Metropolitana de Salvador, maior centro polarizador do Estado. Destaca-se no cenário nacional por conferir uma das maiores rendas *per capita* do país proveniente da atividade petroquímica.

No município localiza-se a Refinaria Landulfo Alves, primeira refinaria pública no Brasil, que enquanto atividade econômica do município veio substituir a atividade primária que até então era a principal atividade econômica de São Francisco do Conde. Atualmente o principal desafio do município e de sua administração continua sendo a criação de mecanismos que tem por objetivo criar oportunidades de emprego, internalizar a renda das famílias para que promovam o desenvolvimento sustentado, amparando um processo de urbanização mais justo e equânime, visto que todo o processo de expansão da cidade não teve em si um planejamento territorial, gerando grandes problemas urbanos de diversas ordens, desde o espaço físico territorial com ocupações em áreas de risco e ambientalmente frágeis até a desigualdade social que embora seja uma cidade que possui riqueza advinda da extração do petróleo caracterizam um mapeamento de pobreza de graves proporções.

A situação política atual da cidade de São Francisco do Conde trabalha a caracterização territorial e geopolítica municipal para a geração de informações voltadas às ações e investimentos no município no intuito de coordenar planejamento e desenvolvimento socioeconômico, como é o caso da aprovação e implantação do Plano

Diretor de Desenvolvimento Urbano e seus programas e diretrizes, que embora seja um documento obrigatório para municípios com o perfil de São Francisco do Conde, metropolitano, é um avanço, visto que este município possui pouco mais de 33.000 habitantes, distribuídos em 262,7 km².

As diretrizes estabelecem compromisso da gestão municipal, para áreas basilares como educação e saúde e ação social, mas também compromisso, com a habitação, segurança, cultura e lazer, além de desenvolvimento urbano e ambiental, refletindo as discussões para os processos e dinâmicas fortalecendo o debate sobre as áreas urbanas, gerando mudanças no processo de urbanização.

1.SÃO FRANCISCO DO CONDE: PLANEJAMENTO URBANO, TENDÊNCIAS E VOCAÇÕES.

Após um processo de decadência do ciclo açucareiro e perdas sucessivas de território e população, em 30 de março de 1938, ocorreu a emancipação da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde pelo Decreto Estadual 10.724, elevando à categoria de cidade com o nome de São Francisco Barra de Sergipe do Conde, tendo seu nome simplificado para São Francisco do Conde em 1943 através do Decreto-lei Estadual nº. 141.

A ausência de outra riqueza de exploração extrativista e a perda de extensão territorial contribuiu para que São Francisco do Conde permanecesse sem expansão comercial.

A recuperação econômica só veio acontecer em 1947, quando foi descoberto petróleo na região. A partir de então teve início um novo ciclo econômico com a exploração e refino do petróleo e a inauguração da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), em 1950, situada no distrito de Mataripe: a primeira refinaria pública instalada no Brasil.

Com a implantação da Refinaria Landulfo Alves (RLAM), vários impactos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais ocorreram no município: houve um acelerado crescimento demográfico; aumento nas receitas municipais; transformações no processo de urbanização e reorganização do espaço urbano. A economia, até então voltada para o setor agrário e a pesca em escala menor, direcionou-

se para uma nova atividade: a extração de petróleo, sem uma preocupação em equacionar as demais atividades econômicas.

A falta de planejamento no desenvolvimento e crescimento econômico e na expansão urbana de São Francisco do Conde acabou por criar desigualdades internas no município e na região em seu entorno, visto que, o governo (Petrobrás) federal priorizou suas ações para sua atividade econômica na região. Nesse quadro, ações para o desenvolvimento regional integrando a atividade econômica às questões sociais foram desprezadas. Não foram implantadas ações socioeconômicas para promover o desenvolvimento sustentado na região. Não se buscou diversificar a atividade econômica de forma a criar oportunidades para integrar o cidadão ao desenvolvimento econômico provocado pela forte atuação da atividade petrolífera.

Atualmente, São Francisco do Conde tem como principal atividade econômica e fonte de renda a extração, processamento e refino de petróleo, conferindo-lhe a cidade baiana com maior PIB per capita. Entretanto, a riqueza gerada pela atividade do petróleo contrasta com sua população, em sua maioria pobre; a ausência de opções que proporcionem o aproveitamento e crescimento social da sua população; e poucas oportunidades à população local. O principal desafio do município consiste, de forma endógena, criar mecanismos que tenham por objetivo criar oportunidades de emprego, internalizar a renda das famílias para que promovam o desenvolvimento sustentado de São Francisco do Conde.

Apesar deste quadro São Francisco do Conde ainda ostenta indicadores sociais incompatíveis com sua condição fiscal, ou seja, apesar da sua arrecadação expressiva em relação a sua população, o município conta, proporcionalmente, com mais pobres e indigentes que os municípios do seu entorno, investidos de capacidade financeira inferior e, com maior diversidade econômica, também decorrente de localização e maior proximidade com a refinaria Landulfo Alves.

O que serve para demonstrar que o desenvolvimento econômico criado pela atividade petrolífera não é pressuposto de fortalecimento da municipalidade, do seu povo, visto que a riqueza não se distribui de modo equânime, de forma equitativa, nem impede a crescente miséria observada no seu entorno.

Ao mesmo tempo, a falta de qualificação da mão-de-obra local impede o seu aproveitamento, embora haja nesta gestão a preocupação na capacitação e formação de

profissionais com conhecimento adequado à atividade que passou a predominar desde a criação da refinaria em 1950, a exemplo de programas de incentivo a graduação universitária, procurando atender a exigência da tecnologia e conhecimento na extração e refino do produto bem como áreas acadêmicas que atendam as demandas municipais e que busquem possibilitar a inserção do cidadão no mercado de trabalho.

O processo de elaboração de planos em São Francisco do Conde, inicialmente fez-se pela obrigatoriedade da safra de Planos Diretores de 2006, contudo não atendia as tendências e vocações municipais, que atrelados ao Plano Plurianual, Lei Orgânica Municipal e Constituição Federal, dá origem ao plano de ação governamental já em 2009, que traz em seu bojo, as diretrizes e metas durante o mandato, atendendo a disponibilidade de recursos disponíveis para sua execução.

A primeira atenção foi voltada à identificação dos problemas que deviam ser enfrentados bem como estimar o custo de investimentos e dos desembolsos correntes e determinar as fontes de financiamento àquelas metas e diretrizes, mediante receitas próprias, empréstimos, e transferências ou de repasses, ou ainda de convênios.

O conjunto de leis do município atualmente atende as diretrizes decorrentes do plano de ações governamentais para os próximos dez anos incluindo zoneamento de áreas urbanas e ambientais, gestão educacional, gestão urbana, gestão pública, lei de uso do solo urbano, todas atendendo as demandas vocacionais apontando e dando prioridade as áreas de interesse social, buscando a regularização fundiária de áreas irregulares, bem como a urbanização e saneamento, respeitando as leis ambientais vigentes.

As tendências e vocações do município de São Francisco do Conde perpassam pela necessidade de dar um amplo amparo ao sistema de formação profissional com perfil tecnológico de graduação, pós-graduação e técnica visto que as demandas econômicas e socioambientais do município determinam a prioridade da ação e do investimento em áreas como biotecnologia, tecnologia de petróleo e gás, energias alternativas, saneamento e serviços.

A capacidade municipal de investimento é gerada pela arrecadação de impostos oriundos do FPM, Royalties do petróleo, entre outros.

A partir de um levantamento de informações geradas pelas secretarias municipais, ocorrerá o levantamento de indicadores para o planejamento plurianual, que

por sua vez embasará indicadores para elaboração das peças orçamentárias, tais como Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Ao longo destes 60 anos de exploração e refino do petróleo e pela ausência de planejamento urbano, ocorreu um crescimento desordenado da cidade que se espalhou em três espaços distintos no território de São Francisco do Conde Mataripe, Monte Recôncavo e Sede, gerando pressões nas áreas de proteção ambiental, conforme leis que institui as áreas de APA (Joanes-Ipitanga e Baía de Todos os Santos).

As áreas com maior pressão estão localizadas nas adjacências da Refinaria Landulfo Alves, visto que abriga boa parte de população tanto nascida no município quanto oriundas de outras regiões atraídas pela possibilidade de emprego e renda. A maior parte dos núcleos habitacionais desta região esta lotada em área de proteção permanente como os manguezais, representadas pelos bairros do Caípe, São Bentos das Lages, Santa Rita, Porto de Brotas, Santo Estevão, contudo destes o maior impacto sobre o ecossistema é o Caípe.

O poder público municipal vem através das indicações do PDDU, e estudo de tendências e vocações de São Francisco do Conde tentando equacionar as disparidades e contradições no espaço urbano, levantando estudos de viabilidades técnicas para reorganização de núcleos habitacionais, criando alternativas de moradias para famílias em situação de risco, e vulnerabilidade social, bem como garantindo espaços públicos de lazer, cultura, e atividades em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de leis complementares do PDDU, confirma a pretensão de organização do espaço urbano, como a implementação da lei de uso e ocupação do solo, licenciando empreendimentos dentro das normas estabelecidas em lei, e da lei de zoneamento urbano e ambiental, buscando dar vocações as áreas do município, sempre respeitando as indicações das legislações vigentes para o meio ambiente em conformidade com o Código de Meio Ambiente Municipal, ou do Estatuto da Cidade de 07/2001.

São Francisco do Conde demonstra a preocupação através da aplicação de instrumentos legais para prestar à sociedade civil do município as estratégias de mitigação das disparidades seculares que abrangem não apenas o espaço físico

territorial, mas, sobretudo a população, pois embora se trate de um município de somas consideráveis de arrecadação de impostos, ainda não conseguiu converter séculos de injustiça social em equidade e cidadania.

Há assim, que se pensar e se articular para soluções para um melhor aproveitamento do espaço urbano e dos recursos disponíveis, ficando o compromisso desta gestão em dar continuidade aos programas e projetos iniciados em 2009, pois estes foram os primeiros e firmes passos para a mudança nas contradições do espaço urbano de São Francisco do Conde.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correa. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas. Ed. Papirus, 1989.
- BECKER, B.K., EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1993.
- CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DINIZ, C.C. e LEMOS M.B. (org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- EGLER, C.A.G. **Questão regional e gestão do território no Brasil**. In: Geografia: conceitos e temas. Org. Iná Elias de Castro ET all. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995, p.207-35.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico: Bahia 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- IPEA; IBGE; UNICAMP. **Configuração atual e tendências da rede urbana**. Brasília. v.1,2002.
- IPPUR. Planejamento e território. **Ensaio sobre a desigualdade**. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro, v.15 nº 2 p 1-403 agosto - dezembro, 2001, v.16 nº 1 janeiro- julho 2002.
- MORAES, A.C.R. **Geografia: pequena história crítica**. 7ªed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. E SILVEIRA, M.L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record,2001,490 p.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SILVA, S.B. de M. e SILVA, B.C.N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Mestrado em geografia/UFBA, Salvador, 2003.
- SPOSITO, M.E.B. **A gestão e as diferentes escalas de centralidade urbana**. In: **Território**, Rio de Janeiro, v.3, p.27-37, 1998. Disponível em <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/index.htm> > , acesso em 13 de setembro de 2011.